

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
4 - NIRE 353001588-14		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Martiniano de Carvalho, 851				2 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
3 - CEP 01321-001		4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3549-9015	8 - TELEFONE 3549-9017	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 011	12 - FAX 3549-9040	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL lprocha@tesp.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Leonardo de Paiva Rocha					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Martiniano de Carvalho, 851 - 19º Andar				3 - BAIRRO OU DISTRITO Bela Vista	
4 - CEP 01321-001		5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3549-9015	9 - TELEFONE 3549-9017	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 011	13 - FAX 3549-9040	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL lprocha@tesp.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
1/1/02	12/31/02	3	7/1/02	9/30/02	2	4/1/02	6/30/02
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Domingos do Prado					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 022.486.308-83		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2002	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/02	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2001
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	166,041,837	166,041,837	166,041,837
2 - Preferenciais	328,353,890	328,353,890	328,353,890
3 - Total	494,395,727	494,395,727	494,395,727
Em Tesouraria			
1 - Ordinárias	719,367	719,367	719,367
2 - Preferenciais	11,014	11,014	11,014
3 - Total	730,381	730,381	730,381

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1990100 - Telecomunicações
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROV. 2	4 - PROVENTOS	5 - INÍCIO PAGTO.	6 - TIPO FR AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
----------	------------	--------------	---------------	-------------------	------------------	--------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
----------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
1	Ativo Total	23,821,453	22,299,047
1.01	Ativo Circulante	5,344,974	3,616,606
1.01.01	Disponibilidades	340,604	118,955
1.01.02	Créditos	2,971,536	2,794,140
1.01.02.01	Contas a Receber de Serviços, Líquidas	1,972,791	1,862,155
1.01.02.02	Tributos Diferidos e a Recuperar	933,053	868,424
1.01.02.03	Empréstimos e Aplicações Financeiras	3,568	2,582
1.01.02.04	Outros Valores a Recuperar	62,124	60,979
1.01.03	Estoques	390,539	395,475
1.01.04	Outros	1,642,295	308,036
1.01.04.01	Despesas do Período Seguinte	40,173	54,228
1.01.04.02	Outros Valores Realizáveis	1,602,119	253,805
1.01.04.03	Créditos com Empresas Associadas	3	3
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1,551,173	1,281,404
1.02.01	Créditos Diversos	1,425,971	1,161,794
1.02.01.01	Aplicações Capitalizáveis	94,695	92,086
1.02.01.02	Empréstimos e Aplicações Financeiras	9,975	29,502
1.02.01.03	Tributos Diferidos e a Recuperar	1,137,154	863,822
1.02.01.04	Outros Valores a Recuperar	184,147	176,384
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	96,631	91,046
1.02.02.01	Com Coligadas	-	-
1.02.02.02	Com Controladas	2,282	1,893
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	94,349	89,153
1.02.03	Outros	28,571	28,564
1.02.03.01	Despesas do Período Seguinte	12,617	13,147
1.02.03.02	Outros Valores Realizáveis	15,954	15,417
1.03	Ativo Permanente	16,925,306	17,401,037
1.03.01	Investimentos	256,211	234,572
1.03.01.01	Participações em Coligadas	10,426	15,827
1.03.01.02	Participações em Controladas	149,482	126,613
1.03.01.03	Outros Investimentos	96,303	92,132
1.03.02	Imobilizado	16,491,243	16,977,173
1.03.02.01	Bens e Instalações em Serviço, Líquidas	15,770,494	15,994,863
1.03.02.02	Bens e Instalações em Andamento	720,749	982,310
1.03.03	Diferido	177,852	189,292

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
2	Passivo Total	23,821,453	22,299,047
2.01	Passivo Circulante	5,952,873	5,177,825
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3,078,483	2,352,342
2.01.02	Debêntures	-	-
2.01.03	Fornecedores	817,472	733,757
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1,051,267	522,551
2.01.05	Dividendos a Pagar	564,558	1,063,432
2.01.05.01	Dividendos a Pagar	10,530	10,585
2.01.05.02	Juros Sobre o Capital Próprio	554,028	1,052,847
2.01.06	Provisões	64,925	72,760
2.01.06.01	Provisão para Contingências	34,594	22,917
2.01.06.02	Prov. p/ Part. dos Empregados nos Lucros	30,331	49,843
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	75,817	154,418
2.01.08	Outros	300,351	278,565
2.01.08.01	Pessoal, Encargos e Benefícios	124,794	112,948
2.01.08.02	Consignações a Favor de Terceiros	126,447	117,422
2.01.08.03	Outras Obrigações	49,110	48,195
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2,778,155	2,025,236
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2,218,064	1,392,078
2.02.02	Debêntures	-	-
2.02.03	Provisões	340,346	413,663
2.02.03.01	Provisão para Contingências	340,346	413,663
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	11,361	9,006
2.02.05	Outros	208,384	210,489
2.02.05.01	Recursos Capitalizáveis	1,626	1,626
2.02.05.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38,437	40,164
2.02.05.03	Outras Obrigações	168,321	168,699
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	-	-
2.05	Patrimônio Líquido	15,090,425	15,095,986
2.05.01	Capital Social Realizado	5,978,074	5,978,074
2.05.02	Reservas de Capital	2,743,907	2,743,654
2.05.02.01	Ágio na Subscrição de Ações	2,738,986	2,739,134
2.05.02.02	Doações e Subvenções para Investimentos	4,733	4,332
2.05.02.03	Outras Reservas de Capital	188	188
2.05.03	Reservas de Reavaliação	-	-
2.05.03.01	Ativos Próprios	-	-
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	-	-
2.05.04	Reservas de Lucro	417,303	764,472
2.05.04.01	Legal	417,303	417,303
2.05.04.02	Estatutária	-	-
2.05.04.03	Para Contingências	-	-

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	-	-
2.05.04.05	Retenção de Lucros	-	-
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	347,169
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-	-
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5,951,141	5,609,786

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2002 a 30/09/2002	4 - 01/01/2002 a 30/09/2002	5 - 01/07/2001 a 30/09/2001	6 - 01/01/2001 a 30/09/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3,499,424	9,881,306	3,189,746	8,864,822
3.02	Deduções da Receita Bruta	(929,624)	(2,593,163)	(827,852)	(2,289,349)
3.02.01	ICMS	(795,283)	(2,214,555)	(703,526)	(1,934,369)
3.02.02	PIS e COFINS	(128,276)	(361,091)	(116,222)	(322,622)
3.02.03	ISS	(2,709)	(7,271)	(2,488)	(6,472)
3.02.04	Descontos Concedidos	(3,356)	(10,246)	(5,616)	(25,886)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2,569,800	7,288,143	2,361,894	6,575,473
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1,478,343)	(4,189,692)	(1,260,644)	(3,607,316)
3.05	Resultado Bruto	1,091,457	3,098,451	1,101,250	2,968,157
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(591,311)	(1,946,664)	(646,523)	(1,629,308)
3.06.01	Com Vendas	(267,535)	(723,268)	(210,866)	(579,582)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(169,645)	(579,962)	(167,997)	(524,876)
3.06.03	Financeiras	(160,948)	(564,368)	(146,696)	(301,395)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1,480,606	2,145,964	494,236	854,559
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1,641,554)	(2,710,332)	(640,932)	(1,155,954)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	101,439	214,295	108,565	220,636
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(112,090)	(320,180)	(230,183)	(434,297)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	17,468	26,819	654	(9,794)
3.07	Resultado Operacional	500,146	1,151,787	454,727	1,338,849
3.08	Resultado Não Operacional	10,852	15,502	1,345	(4,065)
3.08.01	Receitas	33,726	89,560	6,976	23,448
3.08.02	Despesas	(22,874)	(74,058)	(5,631)	(27,513)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	510,998	1,167,289	456,072	1,334,784
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(165,272)	(371,029)	(154,572)	(437,971)
3.11	IR Diferido	-	-	-	-

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2002 a 30/09/2002	4 - 01/01/2002 a 30/09/2002	5 - 01/07/2001 a 30/09/2001	6 - 01/01/2001 a 30/09/2001
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(4,371)	(59,641)	(3,985)	(66,813)
3.12.01	Participações	(4,371)	(59,641)	(3,985)	(66,813)
3.12.01.01	Participação dos Empregados nos Lucros	(4,371)	(59,641)	(3,985)	(66,813)
3.12.02	Contribuições	-	-	-	-
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	341,355	736,619	297,515	830,000
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	493,665,346	493,665,346	493,665,346	493,665,346
	LUCRO POR AÇÃO	0.00069	0.00149	0.00060	0.00168
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
1	Ativo Total	23,823,572	22,298,830
1.01	Ativo Circulante	5,413,119	3,679,046
1.01.01	Disponibilidades	357,969	125,766
1.01.02	Créditos	3,008,452	2,831,883
1.01.02.01	Contas a Receber de Serviços, Líquidas	1,998,657	1,888,536
1.01.02.02	Tributos Diferidos e a Recuperar	943,592	879,217
1.01.02.03	Empréstimos e Aplicações Financeiras	3,568	2,582
1.01.02.04	Outros Valores a Recuperar	62,635	61,548
1.01.03	Estoques	405,911	414,127
1.01.04	Outros	1,640,787	307,270
1.01.04.01	Despesas do Período Seguinte	40,208	54,256
1.01.04.02	Outros Valores Realizáveis	1,600,576	253,011
1.01.04.03	Crédito com Empresas Associadas	3	3
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1,556,028	1,286,920
1.02.01	Créditos Diversos	1,433,021	1,169,116
1.02.01.01	Aplicações Capitalizáveis	94,695	92,086
1.02.01.02	Empréstimos e Aplicações Financeiras	9,975	29,502
1.02.01.03	Tributos Diferidos e a Recuperar	1,144,172	871,119
1.02.01.04	Outros Valores a Recuperar	184,179	176,409
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	94,355	89,159
1.02.02.01	Com Coligadas	-	-
1.02.02.02	Com Controladas	-	-
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	94,355	89,159
1.02.03	Outros	28,652	28,645
1.02.03.01	Despesas do Período Seguinte	12,617	13,147
1.02.03.02	Outros Valores Realizáveis	16,035	15,498
1.03	Ativo Permanente	16,854,425	17,332,864
1.03.01	Investimentos	182,285	163,339
1.03.01.01	Participações em Coligadas	10,426	15,827
1.03.01.02	Participações em Controladas	-	-
1.03.01.03	Outros Investimentos	171,859	147,512
1.03.02	Imobilizado	16,494,288	16,980,233
1.03.02.01	Bens e Instalações em Serviço, Líquidas	15,773,539	15,997,923
1.03.02.02	Bens e Instalações em Andamento	720,749	982,310
1.03.03	Diferido	177,852	189,292

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
2	Passivo Total	23,823,572	22,298,830
2.01	Passivo Circulante	5,962,451	5,184,008
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3,078,483	2,352,342
2.01.02	Debêntures	-	-
2.01.03	Fornecedores	822,663	736,247
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1,054,784	525,465
2.01.05	Dividendos a Pagar	564,558	1,063,432
2.01.05.01	Dividendos a Pagar	10,530	10,585
2.01.05.02	Juros Sobre o Capital Próprio	554,028	1,052,847
2.01.06	Provisões	65,057	72,934
2.01.06.01	Provisão para Contingências	34,594	22,917
2.01.06.02	Prov. p/ Part. dos Empregados nos Lucros	30,463	50,017
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	75,818	154,418
2.01.08	Outros	301,088	279,170
2.01.08.01	Pessoal, Encargos e Benefícios	125,078	113,252
2.01.08.02	Consignações a Favor de Terceiros	126,493	117,472
2.01.08.03	Outras Obrigações	49,517	48,446
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2,770,696	2,018,836
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2,218,064	1,392,078
2.02.02	Debêntures	-	-
2.02.03	Provisões	340,362	413,663
2.02.03.01	Provisão para Contingências	340,362	413,663
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	3,859	2,579
2.02.05	Outros	208,411	210,516
2.02.05.01	Recursos Capitalizáveis	1,626	1,626
2.02.05.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38,464	40,191
2.02.05.03	Outras Obrigações	168,321	168,699
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	-	-
2.04	Participações Minoritárias	-	-
2.05	Patrimônio Líquido	15,090,425	15,095,986
2.05.01	Capital Social Realizado	5,978,074	5,978,074
2.05.02	Reservas de Capital	2,743,907	2,743,654
2.05.02.01	Ágio da Subscrição de Ações	2,738,986	2,739,134
2.05.02.02	Doações e Subvenções para Investimentos	4,733	4,332
2.05.02.03	Outras Reservas de Capital	188	188
2.05.03	Reservas de Reavaliação	-	-
2.05.03.01	Ativos Próprios	-	-
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	-	-
2.05.04	Reservas de Lucro	417,303	764,472
2.05.04.01	Legal	417,303	417,303
2.05.04.02	Estatutária	-	-

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
2.05.04.03	Para Contingências	-	-
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	-	-
2.05.04.05	Retenção de Lucros	-	-
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	-	347,169
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-	-
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5,951,141	5,609,786

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2002 a 30/09/2002	4 - 01/01/2002 a 30/09/2002	5 - 01/07/2001 a 30/09/2001	6 - 01/01/2001 a 30/09/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3,518,857	9,937,659	3,211,539	8,925,935
3.02	Deduções da Receita Bruta	(931,486)	(2,599,698)	(831,130)	(2,300,093)
3.02.01	ICMS	(795,942)	(2,217,493)	(705,824)	(1,941,776)
3.02.02	PIS e COFINS	(128,987)	(363,130)	(117,015)	(324,855)
3.02.03	ISS	(3,051)	(8,145)	(2,694)	(6,866)
3.02.04	IPI	(150)	(684)	19	(710)
3.02.05	Descontos Concedidos	(3,356)	(10,246)	(5,616)	(25,886)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2,587,371	7,337,961	2,380,409	6,625,842
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1,485,841)	(4,211,594)	(1,274,627)	(3,642,884)
3.05	Resultado Bruto	1,101,530	3,126,367	1,105,782	2,982,958
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(600,312)	(1,969,298)	(655,227)	(1,654,485)
3.06.01	Com Vendas	(273,230)	(734,158)	(215,768)	(594,981)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(170,916)	(586,310)	(174,344)	(544,347)
3.06.03	Financeiras	(160,590)	(563,967)	(150,270)	(310,384)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1,481,090	2,149,263	502,941	869,561
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1,641,680)	(2,713,230)	(653,211)	(1,179,945)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	101,409	213,144	106,767	218,054
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(112,166)	(320,552)	(230,515)	(434,994)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	15,181	22,545	8,903	12,167
3.07	Resultado Operacional	501,218	1,157,069	450,555	1,328,473
3.08	Resultado Não Operacional	10,852	15,502	1,343	(4,054)
3.08.01	Receitas	33,726	89,560	7,101	23,586
3.08.02	Despesas	(22,874)	(74,058)	(5,758)	(27,640)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	512,070	1,172,571	451,898	1,324,419
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(166,327)	(376,192)	(150,325)	(426,660)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01767-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3 - CNPJ 02.558.157/0001-62
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2002 a 30/09/2002	4 - 01/01/2002 a 30/09/2002	5 - 01/07/2001 a 30/09/2001	6 - 01/01/2001 a 30/09/2001
3.11	IR Diferido	-	-	-	-
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(4,388)	(59,760)	(4,058)	(67,759)
3.12.01	Participações	(4,388)	(59,760)	(4,058)	(67,759)
3.12.01.01	Participação dos Empregados nos Lucros	(4,388)	(59,760)	(4,058)	(67,759)
3.12.02	Contribuições	-	-	-	-
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
3.14	Participações Minoritárias	-	-	-	-
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	341,355	736,619	297,515	830,000
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	493,665,346	493,665,346	493,665,346	493,665,346
	LUCRO POR AÇÃO	0.00069	0.00149	0.00060	0.00168
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 30 de Setembro de 2002
(Em milhares de reais)

1. HISTÓRICO DA SOCIEDADE E SUAS OPERAÇÕES

a. Constituição da Sociedade, controle acionário e reestruturação societária

A Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp (anteriormente Telesp Participações S.A. – “TelespPar”) a seguir denominada “Sociedade” ou “Telesp”, foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações e com base no Decreto nº 2.546 de 14 de abril de 1998, como parte do processo de cisão da TELEBRÁS.

No leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, as ações de controle da TelespPar (controladora das operadoras Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp e Companhia Telefônica da Borda do Campo – CTBC) foram adquiridas pela Tele Brasil Sul Participações S.A.-TBS, um consórcio com participação majoritária da Telefônica Internacional S.A. – TISA (controlada da Telefônica S.A.). Em decorrência de reestruturações subseqüentes desse consórcio, em 10 de janeiro de 1999, a SPT Participações S.A. passou a ser a detentora das ações de controle da TelespPar. Em 30 de novembro de 1999, com a aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a autoridade regulamentadora de telecomunicações, foi concluído o processo de reestruturação societária da TelespPar, através de sucessivas incorporações, como segue: (i) incorporação da CTBC na Telesp; (ii) incorporação da Telesp na TelespPar; e (iii) incorporação da SPT na TelespPar. Após isso, a detentora das ações de controle da TelespPar passou a ser a SP Telecomunicações Holding S.A. (controlada da TISA). A nova denominação social da TelespPar passou a ser Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp.

Em 30 de junho de 2000, foi concluída a oferta pública de troca de todas as ações em circulação da Sociedade por BDR's (Brazilian Depositary Receipts) representativos das ações da Telefônica S.A. Como resultado dessa oferta pública e alterações subsequentes, em 30 de Setembro de 2002, a Telefônica S.A. detém, direta e indiretamente, 84,34% das ações ordinárias e 88,87% das ações preferenciais da Sociedade.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta e tem suas ações negociadas nas principais Bolsas de Valores no Brasil. É também registrada na Securities and Exchange Commission – SEC, dos EUA e suas “American Depositary Shares – ADS's” – nível II, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

b. As controladas operadoras do serviço de telecomunicações

Até 30 de novembro de 1999, as controladas Telesp e a CTBC eram as principais fornecedoras dos serviços de telecomunicações de linhas fixas no Estado de São Paulo, de acordo com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, até 31 de dezembro de 2005, renovável por mais um período de 20 anos.

Em decorrência da reestruturação societária citada acima e a extinção das controladas Telesp e CTBC, a partir de 30 de novembro de 1999 as operações dessas controladas foram assumidas pela Sociedade.

Em 29 de outubro de 1999, foi constituída a controlada Assist Telefônica S.A., tendo como objeto social a prestação de serviços de assistência técnica, de instalação e manutenção de redes internas de telefonia, bem como a comercialização e locação de equipamentos e aparelhos.

Em 22 de dezembro de 1999, a Sociedade adquiriu no leilão de privatização realizado pela Prefeitura de Ribeirão Preto, o controle acionário da Ceterp – Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S.A. (“Ceterp”) e a controlada Ceterp Celular S.A. Em 4 de outubro de 2000, conforme regras da privatização, a Sociedade concluiu a aquisição, mediante oferta pública, das ações ordinárias e preferenciais pertencentes aos acionistas minoritários. Após essas aquisições, a Sociedade passou a ser titular de 96,97% das ações preferenciais e 99,85% das ações com direito a voto da Ceterp. Em 27 de novembro de 2000, cumprindo disposto nas regras aplicáveis ao mercado brasileiro de telecomunicações, a Ceterp alienou a controlada Ceterp Celular S.A. Adicionalmente, em 30 de novembro de 2000, a Ceterp foi incorporada pela Sociedade.

Em 03 de agosto de 2000, foi constituída a subsidiária integral Telefônica Empresas S.A., tendo como objeto social a prestação dos serviços de rede comutada por pacote. Em 24 de novembro de 2000, a Sociedade integralizou aumento de capital na sua subsidiária integral em moeda corrente e através da conferência de bens dos ativos relacionados ao serviço de rede comutada por pacote, incluindo a transferência da autorização do direito desse serviço.

Em 30 de janeiro de 2001, foi constituída a Telefônica Data Brasil Holding S.A., resultante de cisão parcial de acervo líquido da Sociedade. Este acervo líquido era representado pelo investimento na controlada integral Telefônica Empresas S.A. e valores a receber. O objetivo da constituição da Telefônica Data Brasil Holding S.A., tem como principal fato a segregação das atividades operacionais relacionadas ao serviço de rede comutada por pacotes, devido à reestruturação administrativa e operacional que ocorreu no ano 2000.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e consolidado foram elaboradas conforme as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela CVM.

Demonstrações consolidadas

Incluem os saldos e transações das controladas Assist Telefônica S.A. e Aliança Atlântica Holding B.V.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicadas na elaboração das informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2002, da controladora e de suas controladas, são consistentes àquelas descritas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2001.

4. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Set/2001	Set/2002	Set/2001
Assinatura	2.794.138	2.299.194	2.793.969	2.299.194
Habilitação	82.850	208.624	82.850	208.624
Serviço local	1.945.732	1.783.768	1.945.732	1.783.768
LDN – Interurbano	3.181.956	2.727.715	3.181.956	2.727.715
Intra-área de concessão	995.648	874.471	995.648	874.471
Inter-área de concessão	66.209	-	66.209	-
Receitas inter-redes	2.120.099	1.853.244	2.120.099	1.853.244
LDI	17.675	-	17.675	-
Uso da rede	942.992	1.038.093	942.992	1.038.093
Telefone público	137.168	118.130	137.168	118.130
Comunicação de empresas	321.060	271.365	321.060	271.365
Receita de comercialização	-	-	18.317	41.736
Outras	457.735	417.933	495.940	437.310
Receita operacional bruta	9.881.306	8.864.822	9.937.659	8.925.935
Impostos sobre a receita bruta	(2.582.917)	(2.263.463)	(2.589.452)	(2.274.207)
Descontos concedidos	(10.246)	(25.886)	(10.246)	(25.886)
Receita operacional líquida	7.288.143	6.575.473	7.337.961	6.625.842

Notas:

LDN Longa Distância Nacional

LDI Longa Distância Internacional

Em 25 de junho de 2002, por meios dos Atos 26.287 e 26.660, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, homologou o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 02 de julho de 2002. O Plano Básico Local teve um reajuste médio de 8,27%, incorporando o ganho de produtividade de 1%, enquanto as tarifas líquidas máximas do Plano Básico de Serviços de Longa Distância tiveram reajuste médio de 5,02%, incorporando o ganho de produtividade de 4%, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os valores líquidos das demais Prestações, Utilidades e Comodidades do STFC foram reajustados 9,40% em média.

5. CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Set/2001	Set/2002	Set/2001
Depreciação e amortização	1.982.468	1.620.663	1.982.468	1.620.663
Pessoal	194.748	187.823	195.484	189.460
Materiais	28.057	43.408	28.112	43.529
Interconexão de rede	1.388.134	1.203.685	1.388.134	1.203.685
Serviços de terceiros	463.620	481.123	474.573	491.703
Comercialização	-	-	9.794	23.152
Outros	132.665	70.614	133.029	70.692
Total	4.189.692	3.607.316	4.211.594	3.642.884

6. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Set/2001	Set/2002	Set/2001
Receitas	214.295	220.636	213.144	218.054
Serviços técnicos e administrativos	27.785	13.512	25.447	8.217
Receitas com almoxarifado de operação	17.337	18.985	17.360	18.985
Dividendos	7.583	1.853	8.430	1.853
Multas	54.596	77.408	54.671	77.428
Despesas recuperadas	20.340	45.158	20.357	47.851
Reversão de provisões para contingências	44.973	19.195	44.973	19.195
Outras receitas	41.681	44.525	41.906	44.525
Despesas	(320.180)	(434.297)	(320.552)	(434.994)
Baixas de valores do almoxarifado de operação	(31.448)	(4.407)	(31.453)	(4.432)
Amortização de ágio – Ceterp	(24.032)	(24.032)	(24.032)	(24.032)
Doações e patrocínios	(15.237)	(7.897)	(15.255)	(7.908)
Tributos (exceto IR e CSSL)	(99.584)	(78.535)	(99.683)	(79.195)
Provisão para contingências	(60.844)	(82.046)	(60.859)	(82.046)
Comissões s/ serviços de voz e comunicação de dados (a)	(77.494)	(55.893)	(77.494)	(55.893)
Outras despesas	(11.541)	(181.487)	(11.776)	(181.488)
Total	(105.885)	(213.661)	(107.408)	(216.940)

(a) refere-se a comissões à Telefônica Empresas S.A., vide Nota 28.

7. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Set/2001	Set/2002	Set/2001
Receitas financeiras	2.145.964	854.559	2.149.263	869.561
Receitas de aplicações financeiras	21.721	1.755	22.108	1.758
Ganho com operações de derivativos	2.018.324	773.833	2.020.843	788.801
Juros ativos	68.066	48.066	68.359	48.097
Variações monetárias/cambiais ativas	20.529	10.212	20.529	10.212
Outras receitas financeiras	17.324	20.693	17.424	20.693
Despesas financeiras	(2.710.332)	(1.155.954)	(2.713.230)	(1.179.945)
Juros passivos	(261.155)	(215.265)	(261.482)	(219.020)
Perdas com operações de derivativos	(253.298)	(9.022)	(254.564)	(9.023)
Despesas com operações financeiras	(43.982)	(37.737)	(44.419)	(38.185)
Variações monetárias/cambiais passivas	(2.151.897)	(893.930)	(2.152.765)	(913.717)
Total	<u>(564.368)</u>	<u>(301.395)</u>	<u>(563.967)</u>	<u>(310.384)</u>

8. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Set/2001	Set/2002	Set/2001
Receitas	89.560	23.448	89.560	23.586
Receita com venda de ativo permanente	41.724	6.206	41.724	6.332
Venda de investimentos	18.021	249	18.021	249
Multas	5.799	13.517	5.799	13.529
Recuperação de créditos extemporâneos de ICMS do exercício de 1997	7.556	-	7.556	-
Valores recebidos a maior e/ou em duplicidade - arrecadação	16.378	-	16.378	-
Outras	82	3.476	82	3.476
Despesas	(74.058)	(27.513)	(74.058)	(27.640)
Custo da baixa de ativo permanente	(56.993)	(26.854)	(56.993)	(26.981)
Custo da baixa de investimentos vendidos	(16.190)	-	(16.190)	-
Outras	(875)	(659)	(875)	(659)
Total	<u>15.502</u>	<u>(4.065)</u>	<u>15.502</u>	<u>(4.054)</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A Sociedade provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso. As

parcelas de antecipação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro são contabilizadas na conta de tributos a compensar.

Composição da despesa com o imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Set/2001	Set/2002	Set/2001
Despesa de contribuição social	(98.194)	(116.788)	(99.565)	(113.794)
Despesa de imposto de renda	(272.835)	(321.183)	(276.627)	(312.866)
	<u>(371.029)</u>	<u>(437.971)</u>	<u>(376.192)</u>	<u>(426.660)</u>

10. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Caixa e bancos	38.252	2.736	42.691	5.995
Aplicações financeiras	302.352	116.219	315.278	119.771
Total	<u>340.604</u>	<u>118.955</u>	<u>357.969</u>	<u>125.766</u>

11. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Valores a faturar	817.418	710.901	817.418	710.901
Valores faturados	<u>1.531.151</u>	<u>1.511.828</u>	<u>1.567.405</u>	<u>1.546.998</u>
Contas a receber bruto	2.348.569	2.222.729	2.384.823	2.257.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(375.778)</u>	<u>(360.574)</u>	<u>(386.166)</u>	<u>(369.363)</u>
Total	<u>1.972.791</u>	<u>1.862.155</u>	<u>1.998.657</u>	<u>1.888.536</u>
A vencer	1.378.097	1.252.477	1.414.351	1.287.647
Vencidas – 01 a 30 dias	386.909	311.397	386.909	311.397
Vencidas – 31 a 60 dias	105.645	97.904	105.645	97.904
Vencidas – 61 a 90 dias	28.652	49.059	28.652	49.059
Vencidas – 91 a 120 dias	18.000	26.053	18.000	26.053
Vencidas – mais de 120 dias	<u>431.266</u>	<u>485.839</u>	<u>431.266</u>	<u>485.839</u>
Total	<u>2.348.569</u>	<u>2.222.729</u>	<u>2.384.823</u>	<u>2.257.899</u>

A Sociedade possui saldos a receber e a pagar em negociação com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, sendo que, em agosto de 2001, foi firmado um acordo entre as partes, definindo um processo de arbitragem, a ser concluído durante o ano de 2002. Os valores a receber e a pagar estão registrados com base nos estudos desenvolvidos internamente pela Sociedade e não são esperadas modificações relevantes sobre os mesmos. Os valores a receber em

discussão com a Embratel estão apresentados como a vencer no quadro acima e montam R\$68.258 em 30 de setembro de 2002.

As cobranças de serviços prestados após os prazos estabelecidos, conforme resolução 85 da Anatel, de 30 de dezembro de 1998, em análise pela Sociedade, devem ser objeto de negociação entre a Prestadora e os assinantes.

12. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Imposto de renda na fonte	43.193	23.767	43.518	24.091
Antecipação de imposto de renda	139.719	135.538	142.696	138.465
Antecipação de contribuição social	37.969	38.638	38.513	38.933
Tributos diferidos	1.489.394	1.201.212	1.500.360	1.212.511
I.R. sobre prejuízos fiscais	444.444	194.195	449.604	199.561
C.S.S.L. sobre base negativa	159.977	69.826	161.835	71.758
Crédito fiscal incorporado	551.198	619.099	551.198	619.099
Provisões para contingências	109.132	115.833	109.132	115.832
Planos de benefícios pós-aposentadoria	47.579	47.579	47.579	47.579
Outras diferenças temporárias	177.064	154.680	181.012	158.682
ICMS	359.932	333.091	361.634	335.098
Outros	-	-	1.043	1.238
Total	2.070.207	1.732.246	2.087.764	1.750.336
Circulante	933.053	868.424	943.592	879.217
Longo prazo	1.137.154	863.822	1.144.172	871.119

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade possui ativos no montante de R\$604.421, correspondentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro, calculados sobre o prejuízo fiscal de R\$1.777.776 e base negativa de R\$1.777.522 (saldos remanescentes do exercício de 1999 e de 2002), respectivamente. Pela legislação em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30%.

Considerando que a Sociedade está amortizando ágio na aquisição de investimento (que se tornou dedutível a partir da reestruturação societária ocorrida em outubro de 1999) e que há a possibilidade de se reduzir, para efeitos fiscais, Juros sobre Capital Próprio como remuneração dos acionistas, tomando por base estudos internos e projeções devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade, a expectativa de geração de lucro tributável em montante suficiente para absorção dos prejuízos fiscais é de 2,5 anos.

A reestruturação societária foi implementada de maneira a evitar que a amortização do ágio incorporado afetasse adversamente os resultados futuros da Telesp e o fluxo de dividendos aos seus acionistas e com a garantia de realização do crédito fiscal utilizado para aumento de capital.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade encontram-se em contas específicas de ágio e provisão (incorporados) e a correspondente amortização, reversão e crédito fiscal, cujos saldos são como segue:

	Controladora/Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002
Ágio	1.664.245	1.863.955
Provisão	(1.113.047)	(1.244.856)
Valor líquido	<u>551.198</u>	<u>619.099</u>
Amortização do ágio	599.128	399.419
Reversão da provisão	(395.424)	(263.616)
Crédito fiscal	<u>(203.704)</u>	<u>(135.803)</u>
Efeito no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquido da reversão da provisão e do correspondente crédito fiscal, teve efeito zero no lucro líquido do período e conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Sociedade e do resultado de suas operações nas demonstrações financeiras, o valor líquido de R\$551.198 (R\$619.099 em 30 de junho de 2002) que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço como ativo corrente (R\$271.605 em 30 de setembro e 30 de junho de 2002) e ativo realizável a longo prazo (R\$279.593 em 30 de setembro de 2002 e R\$347.494 em 30 de junho de 2002), como tributos diferidos a recuperar. A amortização do ágio, a reversão da provisão e o correspondente crédito fiscal estão reconhecidos nos registros contábeis como receitas e despesas operacionais na demonstração de resultados.

Em julho de 2002 foi publicada a instrução CVM 371 que estabelece condições cumulativas para registro contábil e manutenção de ativo diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

- Apresentação de histórico de rentabilidade através da geração de resultados tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios ou apresentação de ações fundamentadas implementadas para a geração futura de lucro tributável;
- Apresentação de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros descontados a valor presente com base no prazo previsto de realização, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos;

Esta instrução determina ainda que sejam realizados estudos periódicos para suportar a manutenção dos valores contabilizados.

Considerando a existência de lucro tributável em quatro dos últimos cinco exercícios sociais e estudos e projeções anteriormente comentados, a Sociedade entende que a referida instrução não terá qualquer impacto nos ativos diferidos reportados.

13. EMPRÉSTIMOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora/Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002
Empréstimos em moeda estrangeira repassados	6.574	4.881
Incentivos fiscais líquidos após provisão	411	20.771
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	6.554	6.428
Outros valores	4	4
Total	13.543	32.084
Circulante	3.568	2.582
Longo prazo	9.975	29.502

14. OUTROS VALORES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Adiantamentos a empregados	15.284	16.708	15.318	16.752
Adiantamentos a fornecedores	20.710	17.009	21.150	17.481
Depósitos judiciais	184.147	176.385	184.179	176.409
Outros adiantamentos	24.758	24.776	24.758	24.776
Outros valores a recuperar	1.372	2.485	1.409	2.539
Total	246.271	237.363	246.814	237.957
Circulante	62.124	60.979	62.635	61.548
Longo prazo	184.147	176.384	184.179	176.409

15. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Materiais para consumo	179.332	184.585	179.387	184.641
Materiais para revenda	226.283	226.284	241.600	244.880
Sucata	1.154	1.404	1.154	1.404
Cartões para telefones públicos	2.048	1.480	2.048	1.480
Provisão para redução ao valor de mercado	(18.278)	(18.278)	(18.278)	(18.278)
	<u>390.539</u>	<u>395.475</u>	<u>405.911</u>	<u>414.127</u>

16. OUTROS VALORES REALIZÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Ganhos não realizados com operações de derivativos	1.581.650	228.732	1.581.650	228.732
Dividendos a receber (a)	1.931	1.416	-	-
Outros	34.492	39.074	34.961	39.777
	<u>1.618.073</u>	<u>269.222</u>	<u>1.616.611</u>	<u>268.509</u>
Circulante	1.602.119	253.805	1.600.576	253.011
Longo prazo	<u>15.954</u>	<u>15.417</u>	<u>16.035</u>	<u>15.498</u>

(a) Dividendos a receber da Aliança Atlântica Holding B.V.

17. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Participação avaliada pelo método da equivalência patrimonial				
Aliança Atlântica Holding B.V.	159.908	142.440	10.426	15.827
Assist Telefônica S.A.	77.946	57.125	-	-
Companhia AIX de Participações	71.536	69.488	-	-
	10.426	15.827	10.426	15.827
Participações avaliadas pelo método do custo				
Portugal Telecom	96.303	92.132	171.859	147.512
Outras empresas	75.362	75.362	150.918	130.742
Outros investimentos	32.143	35.722	32.143	35.722
Incentivos fiscais	3.359	3.360	3.359	3.360
Provisão para perdas	15.164	77.934	15.164	77.934
	(29.725)	(100.246)	(29.725)	(100.246)
Total	<u>256.211</u>	<u>234.572</u>	<u>182.285</u>	<u>163.339</u>

As principais informações contábeis das controladas, em 30 de setembro e 30 de junho de 2002, são como segue:

	Set/2002			Jun/2002		
	Aliança Atlântica	Assist Telefônica	Companhia AIX (a)	Aliança Atlântica	Assist Telefônica	Companhia AIX
Capital social integralizado	154.143	94.000	74.000	112.980	94.000	74.000
Lucros (prejuízos) acumulados	1.750	(22.464)	(41.420)	1.270	(24.512)	(24.541)
Patrimônio líquido	<u>155.893</u>	<u>71.536</u>	<u>32.580</u>	<u>114.250</u>	<u>69.488</u>	<u>49.459</u>
Quantidade de ações subscritas e integralizadas	88.148	94.000	74.000	88.148	94.000	74.000
Quantidade de ações a integralizar	-	-	(9.886)	-	-	(9.886)
Total de ações integralizadas	<u>88.148</u>	<u>94.000</u>	<u>64.114</u>	<u>88.148</u>	<u>94.000</u>	<u>64.114</u>
Quantidade de ações ordinárias possuídas	44.074	94.000	23.680	44.074	94.000	23.680
Percentual de participação Ordinárias	50%	100%	32%	50%	100%	32%

(a) balanço com data-base em 31/08/2002.

O resultado de equivalência patrimonial na controladora é composto como segue:

	Set/2002	Set/2001
Aliança Atlântica	36.674	12.183
Assist Telefônica	3.399	(21.977)
Companhia AIX de Participações	(13.254)	-
	<u>26.819</u>	<u>(9.794)</u>

Em 30 de junho de 2001, o saldo de ativo imobilizado contemplava valores relativos a adiantamentos à empresa Barramar, visando à utilização de direito de passagem. Em agosto de 2001, foi firmado um Instrumento Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças, pelo qual os créditos no valor de R\$94.505 possuídos pela Sociedade passam a ser devidos pela Companhia AIX de Participações e serão pagos mediante a emissão de ações desta empresa, sendo que em 20 de novembro de 2001, foi deliberado aumento de capital no valor de R\$30.000, sendo R\$9.600 correspondente a participação da Sociedade.

Neste sentido, essa parcela líquida de R\$84.905 está registrada como adiantamento para futuro aumento de capital na rubrica de “aplicações capitalizáveis” no ativo realizável a longo prazo, acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgado pelo Banco Central que em 30 de setembro de 2002 monta em R\$94.695.

Em 29 de abril de 2002 foi deliberado novo aumento de capital de R\$44.000 em moeda corrente, conforme a Ata da 6ª Assembléia Geral Extraordinária, sendo R\$14.080, correspondente a participação da Sociedade.

18. IMOBILIZADO

Controladora							
	Taxa anual depr.%	Set/2002			Jun/2002		
		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Bens e instalações em serviço		35.100.189	(19.329.695)	15.770.494	34.615.878	(18.621.015)	15.994.863
Equip. de comutação/transmissão	12,50	14.413.304	(8.725.262)	5.688.042	14.200.256	(8.373.311)	5.826.945
Meios de transmissão, cabos aéreos, subterrâneos, de prédios, tele-impressoras, central privada de comutação telefônica automática, equip. de energia e mobiliário.	10,00	10.849.088	(6.320.709)	4.528.379	10.763.578	(6.133.071)	4.630.507
Meios de transmissão - modem	20,00	419.383	(208.208)	211.175	386.265	(175.763)	210.502
Cabos enterrados, submersos, postes e torres	5,00 a 6,67	373.214	(164.510)	208.704	364.798	(160.674)	204.124
Equip. assinantes, telefones públicos e cabines	12,50	1.495.754	(626.595)	869.159	1.445.126	(587.397)	857.729
Equipamentos de informática	20,00	429.436	(290.457)	138.979	423.013	(276.414)	146.599
Prédios e canalizações subterrâneas	4,00	6.180.730	(2.709.412)	3.471.318	6.154.980	(2.653.701)	3.501.279
Veículos	20,00	61.100	(53.583)	7.517	64.800	(57.229)	7.571
Terrenos	-	243.920	-	243.920	239.325	-	239.325
Outros	10 a 20	634.260	(230.959)	403.301	573.737	(203.455)	370.282
Bens e instalações em andamento	-	720.749	-	720.749	982.310	-	982.310
Total		35.820.938	(19.329.695)	16.491.243	35.598.188	(18.621.015)	16.977.173
Taxa média de depreciação %				10,58			10,50
Saldo dos bens totalmente depreciados				8.206.332			7.881.624

Consolidado							
	Taxa anual depr.%	Set/2002			Jun/2002		
		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Bens e instalações em serviço		35.104.267	(19.330.728)	15.773.539	34.619.814	(18.621.891)	15.997.923
Equip. de comutação/transmissão	12,50	14.413.304	(8.725.262)	5.688.042	14.200.256	(8.373.311)	5.826.945
Meios de transmissão, cabos aéreos, subterrâneos, de prédios, tele-impressoras, central privada de comutação telefônica automática, equip. de energia e mobiliário.	10,00	10.850.939	(6.321.015)	4.529.924	10.765.287	(6.133.330)	4.631.957
Meios de transmissão - modem	20,00	419.383	(208.208)	211.175	386.265	(175.763)	210.502
Cabo enterrados, submersos, postes e torres	5,00 a 6,67	373.214	(164.510)	208.704	364.798	(160.674)	204.124
Equip. assinantes, telefones públicos e cabines	12,50	1.495.759	(626.596)	869.163	1.445.131	(587.398)	857.733
Equipamentos de informática	20,00	430.444	(290.815)	139.629	424.021	(276.722)	147.299
Prédios e canalizações subterrâneas	4,00	6.180.730	(2.709.412)	3.471.318	6.154.980	(2.653.701)	3.501.279
Veículos	20,00	61.115	(53.584)	7.531	64.815	(57.230)	7.585
Terrenos	-	243.920	-	243.920	239.325	-	239.325
Outros	10 a 20	635.459	(231.326)	404.133	574.936	(203.762)	371.174
Bens e instalações em andamento	-	720.749	-	720.749	982.310	-	982.310
Total		35.825.016	(19.330.728)	16.494.288	35.602.124	(18.621.891)	16.980.233
Taxa média de depreciação %				10,58			10,50
Saldo dos bens totalmente depreciados				8.206.332			7.881.624

19. DIFERIDO

	Controladora/Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002
Despesas pré-operacionais	76.458	79.887
Custo	81.827	81.736
Amortização Acumulada	(5.369)	(1.849)
Ágio incorporado – Ceterp S.A.	101.394	109.405
Custo	187.951	187.951
Amortização Acumulada	(86.557)	(78.546)
	<u>177.852</u>	<u>189.292</u>

O saldo de despesas pré-operacionais refere-se a gastos incorridos durante a fase pré-operacional relativos aos serviços de Longa Distância, cuja amortização foi iniciada em junho de 2002, pelo prazo de 5 anos.

O ágio pago na aquisição das ações da Ceterp S.A. está apresentado no diferido em função de sua incorporação. O prazo para amortização do ágio, que tem como fundamento a expectativa de rentabilidade futura, é de 60 (sessenta) meses.

20. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Salários e honorários	19.578	18.950	19.631	19.060
Encargos sociais	101.097	90.351	101.324	90.541
Benefícios sociais	4.119	3.647	4.123	3.651
Total	<u>124.794</u>	<u>112.948</u>	<u>125.078</u>	<u>113.252</u>

21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Tributos sobre a renda				
Imposto de renda a pagar	420.937	88.506	422.825	89.919
Contribuição social a pagar	151.536	31.861	152.221	32.373
Tributos indiretos				
ICMS	457.647	390.948	457.852	391.256
Pis e Cofins	43.435	38.233	43.672	38.416
Outros	16.149	13.167	16.678	13.692
Total	<u>1.089.704</u>	<u>562.715</u>	<u>1.093.248</u>	<u>565.656</u>

Curto prazo	1.051.267	522.551	1.054.784	525.465
Longo prazo	38.437	40.164	38.464	40.191

A parcela corresponde ao longo prazo refere-se a imposto de renda e contribuição social a pagar referente a correção monetária especial da Lei 8200/1991.

22. PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002	Set/2002	Jun/2002
Juros sobre o capital próprio	554.028	1.052.847	554.028	1.052.847
Telefónica S.A.	-	214.619	-	214.619
Telefónica Internacional S.A.	218.798	350.766	218.798	350.766
SP Telecomunicações Holding S.A.	70.629	183.807	70.629	183.807
Tele Ibero Americana Ltda.	13.472	35.059	13.472	35.059
Minoritários	251.129	268.596	251.129	268.596
Dividendos - minoritários	10.530	10.585	10.530	10.585
Participação de empregados nos lucros	30.331	49.843	30.463	50.017
Total	594.889	1.113.275	595.021	1.113.449

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição

	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Saldo consolidado em Set/2002		
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	14.090	123.006	137.096
CIDA	CAN\$	3,00%	2005	626	1.085	1.711
Comtel	US\$	10,75%	2004	4.654	1.207.419	1.212.073
EDC III	US\$	Libor + 1,00%	2002	12.462	-	12.462
Empréstimos com empresas associadas (Nota 28)				668.276	-	668.276
Empréstimos diversos em moeda estrangeira			Até 2005	2.378.375	886.554	3.264.929
Total				3.078.483	2.218.064	5.296.547

	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Saldo consolidado em Jun/2002		
				Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	9.290	94.108	103.398
CIDA	CAN\$	3,00%	2005	466	828	1.294
Comtel	US\$	10,75%	2004	27.079	881.764	908.843
EDC III	US\$	Libor + 1,00%	2002	9.019	-	9.019
Empréstimos com empresas associadas (Nota 28)				824.291	-	824.291
Empréstimos diversos em moeda estrangeira			Até 2004	1.482.197	415.378	1.897.575
Total				2.352.342	1.392.078	3.744.420

A composição dos empréstimos diversos em moeda estrangeira é como segue:

	Moeda	Taxa de juros	Saldo consolidado em Set/2002
Resolução 2770	USD	1,00% a 63,00%	1.562.458
Resolução 2770	JPY	0,80% a 4,00%	590.742
Resolução 4131	USD	7,34% a 8,50%	234.271
Resolução 4131	USD	Libor + 1,00% a Libor + 3,13%	165.614
Financiamento de importação	USD	5,12% a 9,47%	84.204
Financiamento de importação	USD	Libor + 0,25% a Libor + 1,75%	126.691
Assunção de dívida	USD	4,55% a 21,25%	500.048
Assunção de dívida	USD	Libor + 0,86%	901
			3.264.929

	Moeda	Taxa de juros	Saldo consolidado em Jun/2002
Resolução 2770	USD	3,550% a 14,750%	655.948
Resolução 2770	JPY	0,800% a 4,000%	364.760
Resolução 4131	USD	6,240% a 8,500%	222.073
Resolução 4131	USD	Libor + 1,000% a Libor + 3,130%	119.464
Financiamento de importação	USD	4,260% a 9,470%	51.267
Financiamento de importação	USD	Libor + 0,625% a Libor + 2,350%	135.224
Assunção de dívida	USD	4,550% a 11,680%	348.839
			1.897.575

Os empréstimos e financiamentos da Comtel são garantidos pelo aval da Telebrás que em 30 de setembro de 2002 equivale a R\$1.212.073 (R\$908.843 em 30 de junho de 2002), e da Mediocrédito são garantidos pelo aval do Governo Federal que em 30 de setembro de 2002 equivale a R\$137.096 (R\$103.398 em 30 de junho de 2002).

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas e as controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes

tribunais. A administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, como segue:

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Set/2002</u>	<u>Jun/2002</u>	<u>Set/2002</u>	<u>Jun/2002</u>
Trabalhista	116.445	98.886	116.461	98.886
Tributária	212.546	302.521	212.546	302.521
Cível	45.949	35.173	45.949	35.173
Total	<u>374.940</u>	<u>436.580</u>	<u>374.956</u>	<u>436.580</u>
Circulante	34.594	22.917	34.594	22.917
Longo prazo	<u>340.346</u>	<u>413.663</u>	<u>340.362</u>	<u>413.663</u>

24.1 Contingências trabalhistas

A Sociedade possui diversas contingências de natureza trabalhista, tendo provisionado R\$116.461 para fazer face às perdas prováveis. Demonstramos a seguir os montantes envolvidos e os respectivos graus de risco:

<u>Grau de Risco</u>	<u>Valor Envolvido</u>
Telesp	
Remoto	725.262
Possível	255.757
Provável	116.445
Assist Telefônica	
Remoto	1.027
Possível	11
Provável	16
Total	<u>1.098.518</u>

Essas contingências envolvem diversas ações relativas principalmente a diferenças salariais, equiparações salariais, horas extras, relação de empresa de empregados de terceiro, adicional de periculosidade, complementação da aposentadoria, entre outros.

24.2 Contingências tributárias

Em termos tributários, os seguintes aspectos merecem considerações:

- (i) a possível existência de divergências quanto à interpretação na incidência tributária sobre algumas rubricas da receita;
- (ii) os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contando da data do lançamento;

- (iii) a falta de harmonia na interpretação da legislação tributária pode gerar discussões que, quando definitivamente concluídas pelo Poder Judiciário em favor do contribuinte, podem representar valores a receber para a Sociedade.

<u>Grau de Risco</u>	<u>Valor Envolvido</u>
Remoto	435.288
Possível	793.697
Provável	212.546
Total	<u><u>1.441.531</u></u>

A Sociedade provisionou R\$212.546 para fazer face às perdas prováveis. Demonstramos a seguir as principais contingências tributárias, consideradas como de risco remoto, possível e provável pela Administração da Sociedade e seus assessores jurídicos:

- Questionamentos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, no valor de R\$464.500, referentes à:
 - cobrança do Seguro Acidente de Trabalho – SAT e a imputação de responsabilidade solidária sobre recolhimento de contribuições previdenciárias alegadamente não efetuado por seus contratados, considerados como risco possível, no valor aproximado de R\$310.700, não provisionados pela Sociedade;
 - contribuição previdenciária sobre o pagamento de remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, no valor aproximado de R\$106.000 considerado como risco possível;
 - notificação exigindo contribuição previdenciária, SAT e verbas destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE) sobre o pagamento de diversas verbas salariais no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2000, no valor aproximado de R\$47.800 considerado como risco possível.
- Questionamentos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no valor de R\$537.300, referentes à:
 - Autuações ocorridas em 31 de outubro de 2001 e 13 de dezembro de 2001, relativas a ICMS supostamente devido sobre ligações de longa distância internacional, no valor aproximado de R\$131.700 para os meses de novembro e dezembro de 1996, janeiro de 1997 a março de 1998, consideradas de risco possível e no valor de R\$139.200 para os meses de abril de 1998 a dezembro de 1999, considerada de risco remoto;
 - Autuação, em 29 de fevereiro de 2000, requerendo o ICMS supostamente devido sobre a tarifa de habilitação do celular, no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1997, acrescido de multas e juros, no valor aproximado de R\$224.000, sendo considerada de risco remoto, não provisionada pela Sociedade;

- Autuação, ocorrida em 02 de julho de 2001, requerendo a diferença de ICMS recolhida sem multa de mora, no valor de R\$4.200 considerada como de risco possível, não provisionada pela sociedade;
- Autos lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referente ao aproveitamento extemporâneo de créditos de ICMS relativo à aquisição de bens para uso e consumo e de ativo permanente, no valor de R\$28.200 considerada como de risco possível, entretanto a Sociedade manteve o provisionamento efetuado anteriormente pela incorporada CETERP.
- Questionamentos no âmbito Federal e Municipal no valor de R\$209.870:
 - A Sociedade impetrou ação questionando a ampliação da base de cálculo das Contribuições para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e para o Programa de Integração Social (PIS) com a inclusão das receitas financeiras, de securitizações e de variação de taxa de câmbio da moeda, ao invés de apenas as receitas operacionais. Apesar de possuir liminar suspendendo a mudança do critério de cálculo, a Sociedade considera como perda provável, constituindo provisão no valor de R\$114.100, caso o entendimento judicial não prevalecer.
 - O FINSOCIAL, precursor da COFINS, foi um tributo incidente sobre as receitas brutas operacionais, que era originariamente introduzido a uma alíquota percentual de 0,5%, e paulatina e subseqüentemente aumentado até 2,0%. Tais aumentos de alíquota foram questionados judicialmente com sucesso por várias empresas, já que ocasionava a origem de créditos tributários, decorrentes de pagamentos a maior efetuados, os quais foram compensados pela antiga CTBC (empresa incorporada pela Sociedade em novembro de 1999) contra os pagamentos correntes de tributo de mesma natureza, a COFINS. Entendendo que estas compensações feitas pela CTBC eram indevidas, a União propôs execuções fiscais no valor de R\$18.500, as quais foram consideradas como perda possível, não tendo sido provisionadas pela Sociedade;
 - A Sociedade contestou judicialmente a incidência de tributação do “imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ”, “contribuição social sobre o lucro – CSL”, “PASEP” e “COFINS” sobre os serviços de telecomunicações da CETERP, empresa incorporada em novembro de 2000, tendo como fundamento o § 3º do artigo 155 da CF, segundo o qual, à exceção do ICMS e dos impostos sobre exportação e importação, nenhum outro tributo poderia incidir sobre os serviços. A Sociedade considera como perda provável esta contestação, tendo constituído provisão no valor de R\$67.300.
 - Além das contingências citadas, a Empresa possui ainda no âmbito federal, ação no valor de R\$2.100 referentes à CPMF, e no âmbito municipal provisões relativas ao IPTU no valor de R\$570, todas provisionadas pela Sociedade.
 - A Prefeitura Municipal de São Paulo autuou a empresa, alegando supostas diferenças no recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), pela imputação da multa moratória de 20% não recolhida pela Sociedade, no valor de R\$7.300. A Sociedade não constituiu provisão para esta contingência, tendo em vista que os advogados responsáveis por estas ações entendem que grau de risco é considerado como possível.

24.3 Contingências cíveis

	<u>Grau de Risco</u>	<u>Valor Envolvido</u>
Telesp		
Remoto		172.729
Possível		88.022
Provável		44.949
Assist		
Remoto		1.038
Possível		42
Total		<u>306.780</u>

A Sociedade está envolvida com Processos de Ações Cíveis Públicas relacionados com o Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versam sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão, e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, nos municípios de Santo André, Diadema, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e Mauá, com valor total envolvido de aproximadamente R\$447.721.

Estas contingências foram consideradas como de risco possível pela administração da Sociedade e seus assessores jurídicos, não sendo atribuído valor ao grau de risco possível no quadro acima, pois estas ações civis públicas que, na hipótese de perda não há como avaliar qual seria o prejuízo para a Sociedade, mas de igual maneira, a elas não se pode atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Nesta situação, também estão ações possessórias, e mandados de segurança, ações ordinariamente interpostas contra atos administrativos ou judiciais sem valor intrínseco, mas que podem ter efeitos favoráveis ou desfavoráveis que dificilmente poderiam ser calculados ou especificados. Encontra-se também nesta situação as demandas nas quais a Sociedade é autora.

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Set/2002</u>	<u>Jun/2002</u>	<u>Set/2002</u>	<u>Jun/2002</u>
Provisão para planos de benefícios pós-aposentadoria	144.178	144.178	144.178	144.178
Outros credores	73.253	72.716	73.660	72.967
Total	<u>217.431</u>	<u>216.894</u>	<u>217.838</u>	<u>217.145</u>
Curto prazo	49.110	48.195	49.517	48.446
Longo prazo	<u>168.321</u>	<u>168.699</u>	<u>168.321</u>	<u>168.699</u>

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social realizado em 30 de setembro e 30 de junho de 2002 é de R\$5.978.074. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Ações em circulação:	
Ações ordinárias	165.322.469.526
Ações preferenciais	328.342.876.111
Total de ações em circulação	<u>493.665.345.637</u>
Ações em tesouraria:	
Ações ordinárias	719.366.993
Ações preferenciais	11.014.010
Total de ações em tesouraria	<u>730.381.003</u>
Total de ações:	
Ações ordinárias	166.041.836.519
Ações preferenciais	328.353.890.121
Total	<u>494.395.726.640</u>
Valor patrimonial por mil ações em circulação – R\$	<u>30,57</u>

As ações preferenciais não têm direitos a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

27. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA

A Sociedade, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel eram solidárias com relação a todos os planos então existentes. Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora (PBS - Telesp) e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000 (PBS-A), resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da Sistel, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 13 de janeiro de 2000.

Em decorrência da quebra de solidariedade ocorrida em dezembro de 1999, a Telesp patrocina individualmente um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS Telesp, o qual atende aproximadamente 2% dos empregados da Sociedade. Além do benefício da suplementação de aposentadoria, a Sociedade participa de um plano multipatrocinado de assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado (PAMA). As contribuições para o plano PBS Telesp são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários

independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS Telesp e 1,5% ao plano PAMA.

Para os demais 98% dos empregados da Telesp, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, instituído pela Sistel em agosto de 2000. O Plano Visão Telesp é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telesp é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. Aos empregados participantes do plano de benefícios definidos (PBS Telesp) foi dada a opção de migração para o plano Visão Telesp, sendo também oferecido aos demais empregados que não participavam do plano PBS Telesp, bem como para todos os novos contratados. As contribuições da Sociedade ao plano Visão Telesp são iguais às dos participantes, variando de 0% a 7% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

No período de janeiro a setembro de 2002, a Sociedade efetuou contribuições ao Plano PBS Telesp no montante de R\$159 (R\$171 no mesmo período de 2001) e ao Plano Visão Telesp no montante de R\$14.806 (R\$13.430 no mesmo período de 2001).

A Sociedade optou por registrar os passivos atuariais conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, líquido dos efeitos tributários correspondentes. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 30 de novembro de 2001, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício – Circular CVM/SEP/SNC/Nº 01/2002. Para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. O valor total da obrigação reconhecida foi de R\$144.178.

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para estes tipos de operações:

	Consolidado	
	Set/2002	Jun/2002
<u>ATIVO</u>		
<u>Ativo circulante</u>	48.781	118.956
Contas a receber de serviços, líquidas	32.096	103.053
Outros valores a recuperar	16.682	15.900
Outros	3	3
<u>Ativo realizável a longo prazo</u>	189.050	181.245
Aplicações capitalizáveis	94.695	92.086
Créditos com pessoas ligadas	94.355	89.159
Total de Ativos	237.831	300.201
<u>PASSIVO</u>		
<u>Passivo circulante</u>	1.104.491	1.818.736
Fornecedores	55.726	53.874
Empréstimos e financiamentos	668.276	824.291
Participação no resultado		
Juros sobre capital próprio	302.899	784.251
Consignações a favor de terceiros	1.772	1.902
Dívidas com pessoas ligadas	75.818	154.418
<u>Recursos capitalizáveis</u>	13	13
<u>Exigível a longo prazo</u>	8.926	7.709
Dívidas com pessoas ligadas	3.859	2.579
Outras obrigações – outros credores	5.067	5.130
Total de Passivos	1.113.430	1.826.458

	Consolidado	
	Set/2002	Set/2001
RESULTADO		
Receitas	109.133	7.892
Serviços de telecomunicações	91.329	(*)
Receitas financeiras	14.938	2.049
Outras receitas operacionais	2.866	5.843
Custos e despesas	(688.883)	(350.412)
Custo de bens e/ou serviços prestados	(34.246)	(41.729)
Comercialização dos serviços	(95.234)	(74.338)
Despesas gerais e administrativas	(67.302)	(69.109)
Despesas financeiras	(414.607)	(109.343)
Outras despesas operacionais	(77.494)	(55.893)

(*) Dados não disponíveis para Setembro de 2001.

- Contas a receber de serviços, líquidas compreende os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, onde destacamos a Telefônica Empresas S.A. e a Terra Networks Brasil S.A. e para serviços de longa distância internacional, destacamos a Companhia de Telecomunicaciones de Chile Transmisiones Regionales S.A., Telefônica de Argentina S.A. e Telefônica de España S.A.

- Outros valores a recuperar no Ativo Circulante refere-se a adiantamentos a Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda. e a Atento Brasil S.A.

- Outros no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo são compostos por créditos junto à Telefônica Empresas S.A., Telefônica Internacional S.A., Tele Sudeste Celular Participações S.A., Emergia Brasil Ltda., Telefônica Publicidade e Informação, Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda., Atento Brasil S.A., Telerj Celular S.A., Telefônica Data do Brasil Ltda., Terra Networks Brasil S.A. e outras empresas do grupo, provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários, viagens e outros gastos pagos pela Sociedade a serem reembolsadas pelas respectivas empresas.

- Aplicações capitalizáveis compreendem adiantamentos para futuro aumento de capital na Companhia AIX de Participações.

- Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A., Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda. e Telefônica Factoring do Brasil Ltda. e para serviços de longa distância internacional, destacamos a Companhia de Telecomunicaciones de Chile Transmisiones Regionales S.A., Telefônica de Argentina S.A. e Telefônica de España S.A.

- Empréstimos e financiamentos com empresas associadas montam R\$668.276, composto por empréstimo com a Telefônica Internacional S.A., onde as principais informações são:

Contrato firmado em:	Vencimento	Taxa de juros	Valor em US\$	Valor em R\$ em Set/2002
20/12/2001	20/12/2002	Libor + 3,00%	171.304	668.276

- Dívidas com pessoas ligadas no Passivo Circulante e no Longo Prazo são compostos principalmente de valores a pagar a título de consultoria e comissão de agenciamento para a Telefónica Internacional S.A., serviços de confecção das listas telefônicas a pagar para a Telefônica Publicidade e Informação Ltda., prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio, logística e informática a pagar à Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda. e serviços de comunicação de voz e dados a pagar a Telefônica Empresas S.A. e Atento Brasil S.A. referente a serviços de atendimento a clientes.
- Receitas de serviços de telecomunicações compreende principalmente os faturamentos com a Telefônica Empresas S.A., Atento Brasil S.A., Terra Networks Brasil S.A. e a Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda.
- Receitas financeiras é composto principalmente atualização da taxa de juros de longo prazo (TJLP) de aplicações capitalizáveis junto à Companhia AIX de Participações.
- Os saldos de Custo de bens e/ou serviços prestados e Comercialização dos serviços, refere-se a serviços prestados pela Atento Brasil S.A., relativos a atendimentos aos clientes e aos serviços prestados pela Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda. referente à gestão administrativa. Destacamos também em Custo de bens e/ou serviços prestados, as despesas de interconexão de redes, prestados pela Companhia de Telecomunicaciones de Chile Transmisiones Regionales S.A., Telefônica de Argentina S.A., Telefônica Del Peru e Telefônica de España S.A
- O saldo de Despesas gerais e administrativas refere-se a serviços de gestão administrativa junto à Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados do Brasil Ltda. e a despesas de comissão de agenciamento (“management fee”) a Telefónica Internacional S.A.
- O saldo de Despesas financeiras é representado principalmente pela variação cambial e juros decorrente do empréstimo com a Telefónica S.A. e com a Telefónica Internacional S.A.
- O saldo de Outras despesas operacionais refere-se a comissões sobre serviços de produtos de voz e comunicação de dados prestados pela Telefônica Empresas S.A.

29. COMPROMISSOS

a. Gastos de capitais (*)

A Sociedade submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Orçamento de Capital, para o exercício de 2002, no valor de R\$1.800.000, deliberado pela Assembléia Geral Ordinária em conformidade com artigo 196 da Lei 6404/76, alterado em seu parágrafo 2.º pela Lei 10.303 de 31 de outubro de 2001.

Até 30 de setembro de 2002 foi investido pela Sociedade o montante de R\$1.161.410 mil, incluindo os serviços de Longa Distância e excluindo doações e salvados, sendo que no período de Janeiro a Setembro de 2002, os novos compromissos contratados com gastos de capitais consolidados são:

Ano de Desembolso	Total Contratado		Total Orçado	
	R\$	US\$	R\$	US\$
2002	882.003	263.914	919.074	275.006

Dólar médio de venda (fonte: Banco Central), mês de setembro de 2002 (a partir das cotações de fechamento) de R\$3,3420/US\$.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

b. Compromisso ANATEL

As metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC estão disponíveis para acompanhamento da sociedade na página eletrônica da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no endereço www.anatel.gov.br.

30. SEGUROS (*)

A TGP Brasil Corretora de Seguros e Resseguros Ltda., corretora cativa do Grupo no Brasil, filial da Pleyade Peninsular Correduría de Seguros Y Reaseguros del Grupo Telefónica S.A., órgãos diretamente subordinados à Subdirección General de Riesgos y Seguros Corporativos, é responsável pela implantação das políticas corporativas de seguros, como análise das necessidades de coberturas locais, pesquisa, contratação, administração e gerenciamento todas as apólices da Sociedade, executando inclusive o Gerenciamento de Riscos e Sinistros.

As principais apólices contratadas são :

- Riscos Operacionais, cobrindo danos materiais e lucros cessantes para a toda a planta;
- Responsabilidade Civil Geral (RCG)
- Responsabilidade Civil Facultativa Veículos de frota (RCF-V)
- Seguro Garantia Anatel;
- Riscos Diversos
- Transportes Nacionais e Internacionais
- Seguro de Vida em Grupo
- Seguro Saúde

A política da Sociedade e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a Sociedade e sua subsidiária integral procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a

interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Sociedade possui investimentos avaliados pelos métodos de custo e equivalência patrimonial. O patrimônio da controlada Aliança Atlântica é representado principalmente por uma participação de 0,42% na empresa Portugal Telecom.

A Sociedade possui uma participação direta de 0,64% e indireta de 0,21% na Portugal Telecom, avaliada pelo método de custo. O investimento, avaliado a valor de mercado, considera a última cotação de setembro de 2002 da Portugal Telecom na Bolsa de Valores de Lisboa, equivalente a 4,55 euros (7,15 euros em junho de 2002):

	Consolidado			
	Set/2002		Jun/2002	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Portugal Telecom – participação direta	75.362	140.170	75.362	161.444
Portugal Telecom - participação indireta através da controlada Aliança Atlântica	75.556	46.723	55.380	53.815
	<u>150.918</u>	<u>186.893</u>	<u>130.742</u>	<u>215.259</u>

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Sociedade podem ser assim enumerados:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos das obrigações em moeda estrangeira captados no mercado e as despesas financeiras. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade celebra contratos de derivativos ("swap") junto a instituições financeiras.

O endividamento e o resultado das operações da Sociedade são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. As transações de "swap" foram realizadas para cobrir os vencimentos futuros das obrigações em moeda estrangeira, indexadas a Libor, a juros fixos ou variáveis. Os ganhos ou perdas dessas operações estão registrados na demonstração de resultado. Em 30 de setembro de 2002, essas transações geraram um resultado positivo líquido consolidado de R\$1.766.279, tendo registrado um ativo de R\$1.581.650 para reconhecer o ganho não realizado.

O excesso de cobertura e a exposição líquida pelo valor contábil e de mercado da Sociedade ao risco de taxa de câmbio em 30 de setembro e 30 de junho de 2002, é demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Set/2002		Jun/2002	
	Posição Cambial	Valor de Mercado	Posição Cambial	Valor de Mercado
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	5.296.547	4.445.450	3.445.153	2.789.697
Fornecedores	67.131	67.131	-	-
Posição ativa em "swap" cambial	5.367.581	4.388.593	2.828.274	2.660.412
Posição ativa em opções cambiais	-	-	233.241	-
Excesso de cobertura	3.903	-	-	-
Exposição líquida	-	-	383.638	-

Dentro das operações de derivativos para cobertura do risco cambial, a Sociedade realizou transações de "swap" (US\$ por CDI) com o objetivo de reduzir os impactos de desvalorização cambial sobre alguns compromissos operacionais não financeiros.

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e instrumentos de derivativos ("swap" cambial) foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos à taxas de mercado vigentes na data do balanço.

A Sociedade possui contratos de opções ("call spread") de US\$70.000 que em 30 de setembro de 2002 estavam com o seu ganho máximo. O valor de mercado destas operações apresentam um ativo de R\$30.664 (R\$19.041 em 30 de junho de 2002), caso a empresa resolvesse desfazer-se das mesmas, enquanto que o valor contábil ativo considerado para tais operações é de R\$36.951 (R\$32.468 em 30 de junho de 2002). Na avaliação das operações a valor de mercado utilizou-se o modelo "black & scholes".

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Sociedade tinha pactuado contratos de derivativos para reduzir esse risco no valor contábil de R\$282.445 (R\$181.480 em 30 de junho de 2002) representando a valor de mercado de R\$282.568 (R\$177.912 em 30 de junho de 2002), e continua monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de outros derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de setembro de 2002, a Sociedade tinha R\$5.296.547 (R\$3.744.420 em 30 de junho de 2002) em empréstimos e financiamentos, dos quais R\$4.322.603 (R\$2.656.422 em 30 de junho de 2002) captados a taxas de juros fixos e R\$973.944 (R\$788.731 em 30 de junho de 2002) captados a taxas de juros variáveis (Libor). Embora parte do endividamento tenha sido contratado a juros fixos, toda a dívida foi efetivamente convertida para juros variáveis, em função dos contratos de "swap" para CDI. A Sociedade investe o excesso de disponibilidade (aplicações financeiras) de R\$357.969 (R\$125.766 em 30 de junho de 2002), principalmente em instrumentos de curto prazo, baseados na

variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de seus vencimentos a curto prazo.

Outro risco que a Sociedade enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Sociedade.

c. Risco de Aceleração de Dívidas

Em 30 de setembro de 2002, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, possui cláusulas restritivas (“covenants”) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, a índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas foram totalmente observadas pela Sociedade e não restringiram a capacidade de condução do curso normal de seus negócios.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Sociedade monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 30 de setembro de 2002, a carteira de clientes da Sociedade não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07 de outubro de 2002, a Administração da Sociedade comunicou ao acionistas o pagamento de “Dividendos Intermediários” no montante de R\$339.000 (trezentos e trinta e nove milhões de reais) deliberado em Reunião do Conselho da Administração realizada em 04 de outubro de 2002, com base nas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2002, de acordo com o artigo 28 do Estatuto Social e artigos 204 e 205 da Lei n.º 6.404/76. O valor por lote de mil ações, de Ordinárias e Preferenciais foi de R\$0,6867. O pagamento foi disponibilizado a partir de 24 de outubro de 2002.

33. FATO RELEVANTE

Em 08 de outubro de 2002 foi publicado fato relevante, onde foi deliberada e aprovada por unanimidade, em Reunião do Conselho da Administração realizada em 04 de outubro de 2002, a 1.ª emissão de Notas Promissórias da Sociedade, para subscrição pública, com as principais características:

- a) Valor da emissão: R\$400.000 (quatrocentos milhões de reais);
- b) Quantidade e Série: 800 Notas Promissórias em série única;
- c) Valor nominal unitário: R\$500 (quinhentos mil reais);
- d) Remuneração: o equivalente a 105% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base

252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos;

- e) Prazo de vencimento: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão;
- f) Garantias: não haverá garantias.

Em 18 de outubro de 2002, foi publicado o “Aviso de início de Distribuição de Notas Promissórias”.

William Cuenca Filho
Gerente de Contabilidade e Tributos
CRC – 1SP194341/O-7

Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
Comentário do Desempenho Consolidado
Valores em milhões de reais
Setembro de 2002

	Set/2002	Set/2001	Variação	
			R\$	%
Receita operacional bruta	9.937,7	8.925,9	1.011,8	11,3
Receita operacional líquida	7.338,0	6.625,8	712,2	10,7
Custo dos serviços prestados	(4.211,6)	(3.642,9)	(568,7)	15,6
Resultado financeiro líquido	(564,0)	(310,4)	(253,5)	81,7
Despesas/receitas operacionais	(1.405,3)	(1.344,1)	(61,2)	4,6
Lucro operacional	1.157,1	1.328,5	(171,4)	(12,9)
Lucro líquido do período	736,6	830,0	(93,4)	(11,3)

1. A receita operacional líquida no final de setembro de 2002 foi de R\$7.338,0 milhões, que comparada à receita apurada no mesmo período do ano anterior, de R\$6.625,8 milhões, apresenta evolução de R\$ 712,2 milhões, ou 10,7%, justificada pelo crescimento da planta média em serviço de 8,1% e pelo realinhamento tarifário médio de 8,3% ocorrido em junho de 2002. A receita apurada no 3.º trimestre de 2002 em relação ao mesmo período de 2001, cresceu R\$ 206,9 milhões ou 8,7%, também em função do aumento da planta média em serviço e do realinhamento tarifário de junho de 2002.
2. O custo dos serviços prestados apresentou um crescimento na ordem de 15,6%, motivado pelo aumento das despesas inter-redes (tráfego fixo-móvel) de 15,3% e crescimento dos custos de depreciação (22,3%).
3. A despesa financeira líquida cresceu R\$253,5 milhões comparando setembro de 2002 e setembro de 2001 e no comparativo trimestral(3T02 x 3T01), R\$ 10,3 milhões. A principal causa foi o crescimento do endividamento líquido médio da empresa. Para reduzir o risco de taxa de câmbio, decorrente da possibilidade de incorrer em perdas por conta de flutuações nestas taxas, que aumentem os saldos de obrigações em moeda estrangeira captados no mercado e despesas financeiras, a Sociedade celebra contratos de “hedge” junto a instituições financeiras.
4. O lucro operacional apresentou uma redução de 12,9% se comparado com o mesmo período do ano anterior, considerando-se o aumento na receita operacional bruta e conseqüentemente aumento nos custos conforme comentado anteriormente e os efeitos da variação cambial do endividamento da Sociedade que foi diminuído com as operações de derivativos.

5. Dados físicos (*)

Evolução dos principais dados físicos:

	<u>Unidade</u>	<u>Set/2002</u>	<u>Set/2001</u>	<u>Var. %</u>
Linhas instaladas e em fase de implantação	Linha	14.319.825	14.354.311	(0,2)
Linhas fixas em serviço	Linha	12.560.848	12.612.034	(0,4)
Telefones públicos	Linha	330.587	342.495	(0,2)
Tráfego local				
Pulsos registrados	Pulsos mil	26.639.030	24.654.480	8,0
Pulsos excedentes	Pulsos mil	18.585.622	17.448.019	6,5

Cada pulso = 2 minutos

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

6. Os recursos destinados ao Governo Federal, Estadual e Municipal em forma de tributos atingiram R\$3.176,0 milhões, o que representa 32,0% das receitas brutas de serviços de telecomunicações.

	<u>Set/2002</u>		<u>Set/2001</u>	
	<u>R\$ Milhões</u>	<u>%</u>	<u>R\$ Milhões</u>	<u>%</u>
ICMS	2.217,5	69,9	1.941,8	66,5
PIS	64,7	2,0	57,8	2,0
COFINS	298,5	9,4	267,0	9,1
ISS	8,1	0,3	6,8	0,2
IPI	0,7	-	0,7	-
INSS – contribuição patronal	79,6	2,5	89,3	3,1
Imposto de renda	276,6	8,7	312,9	10,7
Contribuição social	99,6	3,1	113,8	3,9
Outros impostos, taxas e contribuições	130,7	4,1	130,9	4,5
Total	3.176,0	100,0	2.921,0	100,0

7. Projeto de expansão e investimentos (*)

A Sociedade e suas controladas até 30 de setembro de 2002 firmaram, para este exercício, contratos referentes a projetos de expansão e investimentos, da ordem de R\$882,0 milhões, de um total orçado para o período, na ordem de R\$919,1 milhões.

7.1 Comercialização de linhas

O número de linhas em serviço acumulado passou de 12.612.034 em setembro de 2001 para 12.560.848 no mesmo período de 2002, sendo que no 3º trimestre de 2002 houve um crescimento de 49.333, em relação ao 2º trimestre de 2002.

7.2 Baixa de terminais telefônicos fixos em serviço

Foram desativados de serviço, de janeiro a setembro de 2002, 12.166 telefones de uso público, reduzindo a planta para 330.587 telefones de uso público em serviço total.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

8. Anatel

8.1 Metas

As metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC estão disponíveis para acompanhamento da sociedade na página eletrônica da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no endereço **www.anatel.gov.br**.

8.2 Licenças para operação de Longa Distância Nacional e Internacional

A Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, em 1º de março de 2002, reconheceu que a Sociedade havia antecipado em dois anos as metas de universalização, que a tornou apta a receber as licenças para explorar o STFC nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Internacional em todo o território nacional, expandindo suas fronteiras.

Em 25 de abril de 2002, a Agência publicou Ato determinando que fossem expedidas as citadas licenças para a Sociedade, que a partir daquele momento passaria a ser a primeira Prestadora a poder prestar as modalidades do STFC em todo o território nacional.

Em 29 de abril de 2002, a parte do Ato que determinava a celebração de Termos Aditivos aos Contratos de Concessão de Longa Distância Nacional, teve sua eficácia suspensa, devido a liminar obtida pela Embratel. Por esse motivo, a Sociedade não pôde iniciar a operação comercial das chamadas de longa distância nacional originadas na sua área de concessão e terminadas nas Regiões I (Telemar) e II (Brasil Telecom). No entanto, quanto às autorizações (Local, Longa Distância Nacional nas Regiões I, II e setor 33 da Região III e Longa Distância Internacional nas três Regiões) não foram objeto dessa ação judicial.

Em 28 de junho de 2002, a Anatel reverteu essa medida liminar, o que permitiu à Sociedade iniciar o oferecimento do Longa Distância Nacional inter-regional, originado da sua área de concessão.

Os procedimentos para o início da operação de longa distância nas demais Regiões já estão em curso, devendo ser finalizados nos próximos meses.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Administradores e Acionistas da
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP
São Paulo - SP

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais - ITR (individuais e consolidadas) da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP, compreendendo o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2002, a demonstração de resultado correspondente ao trimestre e período de nove meses findos naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional das Sociedades, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações das Sociedades.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.
4. O balanço patrimonial, individual e consolidado, levantado em 30 de junho de 2002, apresentado para fins de comparação, foi por nós revisado e nosso relatório de revisão especial, datado de 24 de julho de 2002, não conteve ressalva. A demonstração do resultado, individual e consolidada, referente ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2001, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de revisão especial, datado de 19 de outubro de 2001, sem ressalva.

São Paulo, 24 de outubro de 2002

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC N°. 2 SP 011.609/O-8

José Domingos do Prado
Contador
CRC N°. 1 SP 185087/O-0